



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO TOCANTINS *CAMPUS* ARAGUATINS  
CURSO BACHARELADO EM AGRONOMIA**

**LEONARDO NUNES DAS NEVES**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
(PRONAF): um estudo de caso na inadimplência dos agricultores familiares no  
município de Araguatins-TO**

**ARAGUATINS  
2017**

**LEONARDO NUNES DAS NEVES**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
(PRONAF): um estudo de caso na inadimplência dos agricultores familiares no  
município de Araguatins-TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Bacharelado em  
Agronomia do Instituto Federal do Tocantins –  
*Campus Araguatins*, como exigência à obtenção  
do grau de Bacharel em Agronomia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Erica Ribeiro de Sousa  
Simonetti.

Coorientador: Prof<sup>a</sup>. Me. Lineardo Ferreira de  
Sampaio Melo.

**ARAGUATINS  
2017**

**LEONARDO NUNES DAS NEVES**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
(PRONAF): um estudo de caso na inadimplência dos agricultores familiares no  
município de Araguatins-TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Bacharelado em  
Agronomia do Instituto Federal do Tocantins –  
*Campus Araguatins*, como exigência à obtenção  
do grau de Bacharel em Agronomia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Erica Ribeiro de Sousa  
Simonetti.

Coorientador: Prof<sup>a</sup>. Me. Lineardo Ferreira de  
Sampaio Melo.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Erica Ribeiro de Sousa Simonetti  
Professora Orientadora  
IFTO - Campus Araguatins

---

Prof. Me. Márcio Rogério Pereira Leite  
IFTO - Campus Araguatins

---

Prof. Me. Thiago Loiola Araújo e Silva  
IFTO - Campus Araguatins

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me deu forças pra seguir em frente e nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus pais, Cenira Gomes da Silva Nunes e Carlos Nunes Bila, por sempre batalharem por mim e acreditarem no meu potencial, minha irmã por sempre contribuir nessa minha jornada de estudante.

Dedico também a todos familiares e amigos que sempre estiveram comigo em vários momentos especiais na minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pela vida que me tem dado, pelo refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas horas em que mais precisei.

A minha mãe Cenira Gomes da Silva Nunes, meu pai Carlos Nunes Bila e minha irmã Leticia Nunes das Neves, que são meu firme alicerce e estão sempre do meu lado em todos os momentos da minha vida.

Aos meus familiares e amigos, em especial aos meus amigos Natalia Ellen Pereira Rocha e Leandro Rodrigues da Silva pela parceria ao longo dessa jornada.

A minha orientadora, pela contribuição neste trabalho, e na minha formação nas disciplinas lecionadas. A todos os professores e funcionários que contribuíram à minha formação acadêmica e ao IFTO - *Campus Araguatins*, por terem me acolhido e me tornado um profissional.

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ainda ninguém pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.*

(Arthur Schopenhauer).

## RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um sistema de crédito, criado com o objetivo de fomentar a produção de alimentos, nas pequenas propriedades brasileiras, foi um marco no subsídio dos agricultores familiares, representando a principal fonte de assistência financeira dos mesmos. O município de Araguatins tem um enorme potencial para Agricultura familiar, por causa da grande extensão territorial e perfeitas condições de clima e solo, porém quando se fala desse nicho econômico é importante salientar, um problema que se mostra recorrente nas redondezas do município, a “inadimplência”, no Banco da Amazônia (principal executor de concessões da cidade), os índices de inadimplência são altos; buscou-se com essa pesquisa identificar os motivos que ocasionaram esse problema, uma pesquisa que utiliza a metodologia survey de entrevista qualitativa; que tinha como objetivo geral observar a influência da inadimplência dentro das propriedades, por meio do ponto de vista dos proprietários, avaliando as opiniões dos mesmos, sobre a situação do não pagamento; tendo em paralelo os objetivos específicos de entrevistar, tabular as informações das entrevistas, representar esses dados graficamente, e por meio de uma interpretação comparada, dar um diagnóstico da situação. Ao término do trabalho foi possível concluir que as causas da inadimplência no município de Araguatins são: o envelhecimento da mão de obra do campo, o apego ao empirismo, falta de assistência técnica direcionada, perda de foco na propriedade como principal fonte de renda, ausência de participação em cooperativas e associações, inconformidade entre o tamanho da propriedade e a atividade exercida, e um sistema de fiscalização de crédito falho.

**Palavras-Chave:** Inadimplência, Araguatins, Estudo, Caso.

## ABSTRACT

The National Program for the Strengthening of Family Agriculture (PRONAF) is a credit system created with the objective of promoting food production in small Brazilian properties; was a milestone in the subsidy of family farmers, representing the main source of financial assistance for them. The municipality of Araguatins has an enormous potential for family agriculture, because of the great territorial extension and perfect conditions of climate and soil, however when talking about this economic niche it is important to point out, a recurring problem in the surroundings of the municipality, the " default "in Banco da Amazônia (the main executor of concessions in the city), default rates are high; was trying to identify the reasons that caused this problem, that this work was idealized and executed; a research that uses the qualitative-quantitative interview survey methodology; which had as a general objective to observe the influence of delinquency within the properties, through the owners' point of view, evaluating their opinions, on the situation of nonpayment; having in parallel the specific objectives of interviewing, tabulating the interview information, representing this data graphically, and by means of a comparative interpretation, giving a diagnosis of the situation. At the end of the study it was possible to conclude that the causes of delinquency in the municipality of Araguatins are: the aging of the rural labor force, the attachment to empiricism, lack of targeted technical assistance, loss of focus on property as the main source of income, absence of participation in cooperatives and associations, nonconformity between the size of the property and the activity carried out, and a system of failed credit control.

**Keywords:** Non-compliance, Araguatins, Study, Case.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Localização das propriedades dos entrevistados.....	23
(Gráfico 1)-Nível de Escolaridade.....	25
(Gráfico 2)-Filiação em Cooperativas e Associações.....	26
(Gráfico 3)-Fontes de Renda Alternativas.....	27
(Gráfico 4)-Periodicidade de Recebimento de Assistência Técnica.....	27
(Gráfico 5)-Tamanho da Propriedade.....	28
(Gráfico 6)-Principal atividade desenvolvida na propriedade.....	29
(Gráfico 7)-Causas da inadimplência.....	29
(Gráfico 8)-Causas para o desvio de finalidade.....	30
(Gráfico 9)-Alternativas para facilitar a quitação da dívida.....	31
(Gráfico 10)-Possíveis soluções para problemas futuros de inadimplência.....	32

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2. PROBLEMAS ENFRENTADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>12</b>
<b>3. PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)</b> .....	<b>14</b>
3.1 Conceito e breve histórico .....	14
3.2 Forma inicial de acesso ao programa .....	15
3.3 Beneficiários e Requisitos do PRONAF .....	16
3.4 Operadores do PRONAF.....	16
<b>4. BANCO DA AMAZÔNIA: principal operador do crédito do PRONAF em Araguatins-TO</b> .....	<b>17</b>
<b>5. O CRÉDITO RURAL E O PROBLEMA DA INADIMPLÊNCIA</b> .....	<b>18</b>
<b>6. PERSPECTIVA DE CRÉDITO: Plano safra da agricultura familiar plurianual 2017/2020</b> .....	<b>21</b>
<b>7. METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
7.1 Classificação da pesquisa .....	22
7.2 Localização da pesquisa .....	22
7.3 Instrumentos de coletas de dados.....	23
7.4 Tratamento da Análise .....	24
<b>8. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>24</b>
8.1 Idade, Nível de escolaridade .....	24
8.2 Composição das Famílias .....	25
8.3 Filiação em Cooperativas e Associações.....	26
8.4 Fontes de Renda Alternativas .....	26
8.5 Periodicidade do recebimento de Assistência .....	27
8.6 Tamanho da Propriedade, atividade desenvolvidas .....	28
8.7 Causas da Inadimplência e do Desvio de Finalidade .....	29
8.8 Alternativas para facilitar a quitação do debito .....	31
8.9 Soluções para o futuro .....	32
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>35</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O estado do Tocantins é produto do desmembramento de Goiás, resultando desse processo não só uma separação territorial, mas toda uma derivação cultural. A unidade federativa de Goiás, tem parte considerável do seu produto interno bruto oriundo da agricultura, que é um dos expoentes da região; diferente do seu ancestral, o Tocantins, ainda tem um longo caminho a percorrer, para construir uma cadeia produtiva sólida, em todos os seus arranjos locais, principalmente os agrícolas.

Esse tipo de desenho institucional, desenvolvimentista, só pode ser alcançado, por meio de uma agricultura familiar empoderada, em associação com um estado forte e participativo, sendo necessário experimentos em regiões estratégicas, como em Araguatins.

Araguatins é um município brasileiro do estado do Tocantins, localiza-se na microrregião do Bico do Papagaio, estando a uma altitude de 103 metros, situado às margens do rio Araguaia. Sua população estimada em 2016 era de 34.810 habitantes, possui uma área de 2297,3 km<sup>2</sup>. A economia araguatinsense está assentada em um agressivo modelo expansionista de agronegócio, e é marcada pela grande quantidade de pequenas propriedades rurais (IBGE, 2016).

Nesse cenário formado por uma enorme parcela de agricultores de pequeno porte, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ganha uma grande importância; os projetos servem de suporte para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, sendo destinados em sua maioria, para o custeio da safra, atividades agroindustriais, investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura.

A agricultura familiar é uma das atividades do agronegócio, que menos gera impacto a natureza, tendo em vista que ela pouco utiliza substâncias agroquímicas, que costumam conter uma composição prejudicial à saúde de quem aplica e consome os alimentos. A sinergia entre a produção agrícola das famílias e a agroecologia é grande e tem como tendência, continuar crescendo, permitindo a abertura de novos horizontes (GUANZIROLI, 2015).

Araguatins pode se tornar um polo de alta performance em agricultura familiar, mas para isso é necessário que se crie um sistema econômico que garanta que os produtores tenham suas necessidades satisfeitas, permitindo que haja uma manutenção da dinâmica da produção agrícola sustentável, assegurando assim que a cidade vire um modelo de preservação ecológica e geração de renda; levando em consideração esse fato, é necessário que haja o desenvolvimento de mecanismos que envolvem políticas públicas.

Tendo em vista os altos índices de calote no PRONAF, esse presente estudo, objetivou por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, avaliar as causas da inadimplência e os mecanismos de gestão de cobrança e recuperação de crédito, na linha PRONAF, levando em consideração as operações da unidade financeira do Banco da Amazônia Araguatinense.

O trabalho foi realizado a partir do estudo de caso, dos contratos feitos nesse agente bancário (Banco da Amazônia), observando-se a repercussão da inadimplência dentro das propriedades, por meio da visão dos proprietários, sondando as opiniões dos mesmos, sobre a situação do não pagamento; apontando alternativas para melhorar os modelos articulados, possibilitando uma evolução no desempenho e reduzindo assim a inadimplência.

A pesquisa foi conduzida por meio de enquetes, utilizando a auto declaração de inadimplência como principal critério de classificação dos entrevistados, foram feitos questionamentos e esclarecimentos em loco, com a população alvo, que nesse trabalho eram os tomadores de crédito. O objetivo específico desse estudo, foi criar um paralelo entre os dados de inadimplência dos correntistas do Banco da Amazônia de Araguatins, com as supostas justificativas apresentadas pelos agricultores familiares, para os calotes.

Essa presente obra, para o melhor entendimento, se subdivide nos seguintes tópicos, que foram eleitos para corroborar com o escopo do trabalho: Problemas Enfrentados na Agricultura Familiar; Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF): Conceito e breve histórico, Forma inicial de acesso ao programa, Beneficiários e Requisitos do PRONAF, Operadores do PRONAF; Banco da Amazônia; O Crédito Rural e o Problema da Inadimplência; Perspectiva de Crédito; Metodologia; Resultados e Discussões; Considerações Finais.

## 2. PROBLEMAS ENFRENTADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os pequenos produtores da agricultura familiar sofrem de problemas que perduram por vários anos, sendo renovados a cada ciclo eleitoral, falta uma unidade unificadora na gestão pública, o que cria um ambiente de descaso e descontentamento geral, impossibilitando a atividade em vários lugares; esse nicho é responsável por 70% de todos os alimentos utilizados para alimentação das famílias brasileiras; por volta de 84% das unidades agrícolas são de pequenos produtores, enquanto os latifundiários e monocultores tem uma quantidade bem menor de propriedades, só que com extensão de área muito superior. Esses dados revelam uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil (LIMA NETO, 2016).

Independentemente da importância econômica e social da agricultura familiar, o lobby dos grandes empresários rurais, tem força expressiva na tomada de decisão do poder público, que privilegia os latifundiários em detrimento dos pequenos agricultores, um fato que mostra essa notória diferença é que no Plano Safra 2017/2018, em que R\$ 190 bilhões foram destinados à agricultura empresarial, apenas R\$ 30 bilhões foram repassados aos pequenos proprietários, escancarando assim o desequilíbrio existente no setor agrícola. Segundo dados do MAPA, a agricultura familiar produz uma receita média de 38% de tudo que é arrecadado no agronegócio, empregando cerca de 74% dos trabalhadores agropecuários do país (LIMA NETO, 2016).

Levando em consideração esses dados, é possível identificar que o principal obstáculo a ser vencido pela agricultura familiar, para que a mesma se mantenha ativa e produtiva, é a distribuição do crédito, crédito esse que gera uma falta de recursos em setores estratégicos como: infraestrutura, beneficiamento, armazenamento e transportes.

Outro ponto importante é o acesso a sistemas de acompanhamento técnico e de inovação tecnológica, que são escassos, o que dificulta o bom andamento das políticas públicas, de distribuição de subsídios do governo, esses são fatores que influenciam a permanência das pessoas no campo, além de servirem como trampolim, empurrando os produtores a condição de inadimplência (MATTEI, 2015).

É a falta de informação e engajamento que limita o poder de reação dos produtores; sem oportunidades de desenvolver o seu potencial humano e elevar sua autoconfiança, aumentando seus conhecimentos técnicos e mercadológicos, os agricultores familiares, nem sequer estão conscientes de que eles mesmos poderiam solucionar, muitos dos seus problemas produtivos e econômicos (LIMA NETO, 2016).

Falta aos pequenos produtores uma visão crítica e holística do seu negócio, esse tipo de dificuldade acaba gerando conflitos na resolução de problemas internos, que originam os obstáculos produtivos; ao não conhecê-los ou desdenhar da sua importância, não se preocupam em eliminá-los, as consequências refletem na procura em vão de agentes externos que lhes auxiliem a resolver as adversidades; melhor dizendo, param de fazer o que podem para tentar fazer o que não podem (GUANZIROLI, 2015).

O Brasil é um dos países, mais desiguais do mundo, com uma distribuição de renda perversa, totalmente voltada para os plutocratas, esse retrato se repete e reflete diretamente na agricultura. A posse da terra e dos meios de produção são insuficientes, sendo necessária uma intervenção precisa do estado, para melhorar as condições produtivas e a qualidade de vida, dos homens e mulheres residentes no campo.

Existe no mundo uma crescente demanda por alimentos, e uma constatação que é de aceitação geral, é que os grandes barões do agronegócio, costumam voltar seus investimentos para monoculturas produtoras de commodities, que tem como destino o mercado externo, ficando ao encargo dos agricultores familiares, manter a segurança alimentar do país, mas para isso é necessário todo um apoio das instituições de fomento, viabilizando essa atividade de interesse vital (LIMA NETO, 2016).

O PRONAF é na atualidade uma linha de crédito que carece de muitos estudos, devido a sua importância, para a União, que tem na agricultura, a principal responsável pelo produto interno bruto do país; podendo se tornar padrão internacional, devido as enormes possibilidades inexploradas, que são de utilidade, para diversos estados nações, que buscam experiências comparadas.

### **3. PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)**

#### **3.1 Conceito e breve histórico**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um sistema de crédito, criado com o objetivo de fomentar a produção de alimentos, nas pequenas propriedades brasileiras.

Criado em 1996, durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto 1.946, objetivava a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. O programa tem como carro chefe o crédito rural aos pequenos produtores, o PRONAF ainda detém um viés pragmático, se subdividindo em varias frentes de atuação facilitando assim o trabalho dos agricultores familiares, que buscam ampliar as possibilidades produtivas, gerando opções empregatícias na etnobotânica, agroecologia, agricultura orgânica e produção de biocombustíveis, entre outras (GUANZIROLI, 2015).

Segundo Teixeira *et al.* (2007), O PRONAF nasceu como uma tentativa do governo federal de reduzir a discrepância existente entre os pequenos e os grandes produtores, buscando uma melhoria progressiva dos níveis produtivos da agricultura brasileira da década de noventa, que foi o período de sua instauração, esse esforço coletivo foi realizado, por que grande parte da mão de obra ativa do agronegócio na época, estava assentada sobre um modelo de exploração da terra baseado na Agricultura Familiar.

Abramovay e Piketty (2005) destacam ainda que o PRONAF em um primeiro momento principalmente nos anos de 1996-1998 não atendeu o grupo-alvo estabelecido no inicio da iniciativa, isso aconteceu por vários motivos, principalmente pela ocorrência de problemas operacionais. A partir de 1998, com um maior aporte do governo, pode-se alcançar o publico alvo pretendido, os produtores com baixo poder aquisitivo; aumentando o numero de beneficiários em relação ao observado em anos anteriores.

O PRONAF apresenta uma natureza impar, que é muito ligada aos bancos públicos, onde a união em esforço participativo, subsidia e viabiliza as operações, garantindo que os juros praticados dentro dessa modalidade de credito, sejam baixos, o que facilita o acesso dos pequenos produtores da agricultura familiar, por

que mais importante que gerar lucros expressivos é que os tomadores de crédito possam pagar o empréstimo contraído.

O crédito rural em linhas gerais é, e sempre foi uma das principais ferramentas de fomento da modernização da produção agrícola nacional. Diversos estudos, principalmente de Castro (1984) mostram que desde a década de cinquenta, o crédito já era tido como um instrumento estratégico, para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores de modo geral, os diversos planos econômicos desenvolvidos nessa época, como o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1966), já levavam em consideração o impacto desse tipo de medida no desenvolvimento do país.

### **3.2 Forma inicial de acesso ao programa**

O contato inicial entre o produtor e o crédito do PRONAF deve ser feito de forma colaborativa, tendo como primeiro passo uma avaliação interna da unidade agrícola, feita entre os membros da família, que devem avaliar a necessidade de um investimento em determinado setor da propriedade, que pode ser feito na aquisição de equipamentos, máquinas, ou na contratação de serviços.

Após a tomada de decisão ser feita, o produtor deve se dirigir a uma empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural ou a um sindicato rural, para obter uma DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que será feita com base na rentabilidade da propriedade dentro de um ciclo anual, permitindo que se possa identificar a linha mais adequada para atender as necessidades do requerente, para os assentados da reforma agrária se orienta que façam os procedimentos necessários no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Alguns pré-requisitos são definidos para que o produtor tenha acesso ao PRONAF, entre eles o principal é que o mesmo tenha um CPF, regularizado e livre de dívidas. As peculiaridades de cada linha de crédito, são definidas pelo plano safra, nele são elencados as taxas de juros, as formas de pagamento, além do montante de recursos a ser destinada para o programa de forma geral.

É importante que o produtor busque informações sobre as alterações plurianuais, que modificam as características de crédito do PRONAF, que não são fixas, sendo sujeitas a alterações de acordo com as plataformas federais.



### 3.3 Beneficiários e Requisitos do PRONAF

Segundo dados do Portal online do Banco da Amazônia (2018):

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP diz a que GRUPO a família pertence e é documento obrigatório para receber o crédito do PRONAF; É gratuita; Vale por 3 (três) anos.

**Quem são os beneficiários:** Agricultores e agricultoras familiares; Assentados da reforma agrária; Extrativistas; Silvicultores (agricultores que cultivam florestas); Pescadores artesanais; Aquicultores (criadores de peixes, camarões, moluscos, etc.); Jovens; Mulheres; Comunidades quilombolas; Povos indígenas; Populações tradicionais.

**Atende aos seguintes itens:** Mora no estabelecimento rural ou em local próximo; Não possui mais que 04 módulos fiscais de terra, conforme definição do INCRA; A mão-de-obra no estabelecimento é em sua maioria familiar; Seu estabelecimento é gerenciado pela família; A renda familiar é originária, em no mínimo 50% (cinquenta por cento), da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

**Quem emite a DAP?** INCRA; Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ex.: EMATER, EMPAER, RURAP, RURALTINS, IDAM, etc.); CEPLAC; Sindicatos; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) - Governo Federal; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; FUNAI. Fundação Cultural Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Entre outros.

O PRONAF foi idealizado, para ter mecanismos de gestão de acesso simplificados, a DAP é um exemplo desse ideal, é fácil de ser elaborada e contém informações estritamente essenciais, para o requerimento de recursos; garantido que as instituições financeiras possam avaliar o perfil dos tomadores de crédito.

### 3.4 Operadores do PRONAF

O PRONAF tem um sistema de funcionamento bem particular, onde o governo subsidia parte dos recursos, mas independentemente do apoio governamental, existe sim um problema grande de inadimplência, que acaba por reduzir a arrecadação. O mecanismo de captação está intimamente ligado aos modelos de distribuição impostos pelo mercado, o que reduz a dinâmica de concessões de recursos. Os bancos são afetados pelo número crescente de inadimplentes. Expostas a maiores riscos na concessão de empréstimos, as instituições bancárias tendem a limitar a exposição aos maus pagadores.

#### **4. BANCO DA AMAZÔNIA: principal operador do crédito do PRONAF em Araguatins-TO**

As atividades do Banco da Amazônia estão fortemente ligadas com a estrutura econômica da região amazônica, durante toda sua história essa instituição teve um papel de grande importância no fomento de investimentos, que garantissem uma evolução nos índices de emprego e renda, das diversas localidades distribuídas dentro desse bioma (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018).

Seu nascimento se deu na década de 40, em meio a 2º Guerra Mundial, tendo como principal propósito o financiamento da cadeia produtiva da borracha, que em sua maior parte era remetida para os países aliados; essa estratégia foi elaborada, como uma alternativa para confrontar o domínio japonês sobre essa indústria de interesse essencial (RODRIGUES, 2018).

Atualmente na idade contemporânea o Banco passou a adotar uma postura ecologicamente responsável, criando uma série de regras que conduzem os agricultores e pecuaristas a utilizarem práticas sustentáveis, em seus empreendimentos. No século 21 a instituição passou a ter novas fontes de recursos e uma nova caracterização da marca (FERREIRA, 2018).

O Banco da Amazônia, no Tocantins representa por volta de um quarto, de todas as operações de concessão de crédito rural do estado, segundo dados do portal online do governo; rivalizando de forma igualitária com o Banco do Brasil, no financiamento da pecuária tocantinense. Os produtores do estado, acabam tendo um conceito de idoneidade, para com a instituição, que tem uma cultura de custeio da agricultura, que foi sendo implementada desde muito tempo atrás (GONÇALVES, 2018).

De acordo com informações, fornecidas por funcionários da unidade do Banco da Amazônia de Araguatins, em entrevista, hoje o crédito rural é o principal produto financeiro, da agência do município, representando o maior ativo, tanto no fluxo quanto no estoque. O executivo responsável pela análise dos projetos, quando questionado sobre o perfil dos clientes, foi enfático em sua resposta, “a maioria dos agricultores que buscam, essa modalidade de crédito advém da agricultura familiar”, respondeu sem revelar dados pessoais dos correntistas.

## 5. O CRÉDITO RURAL E O PROBLEMA DA INADIMPLÊNCIA

O crédito tem como finalidade básica gerar possibilidades de melhoria da qualidade de vida aos pequenos proprietários rurais, por meio da distribuição uniforme de recursos, porém um fato que deve ser levado em consideração é que os bancos e instituições financeiras, tendem a alocar mais dinheiro em empresas com maior poder aquisitivo (latifundiários), que tem menor risco de inadimplência (MAGALHÃES & ABRAMOVAY, 2003).

De acordo com Silva (2008) uma unidade financeira ao disponibilizar crédito leva em consideração o risco do não recebimento (inadimplência dos clientes), cujas razões podem ser as mais diversas possíveis, podendo as mesmas estarem diretamente ligadas à índole do tomador, capacitação técnica, a fatores externos e de natureza complexa ou incapacidade de geração de caixa. A inadimplência representa o não cumprimento do compromisso do pagamento, por parte dos agricultores.

Segundo João Sayad (1984), a centralização dos recursos na mão dos grandes proprietários é uma consequência do prestígio adquirido ao longo do tempo por parte desses empresários, que historicamente são considerados bons pagadores, só que em contrapartida, esses mesmos latifundiários costumam empregar um volume menor de mão de obra, propiciando pouco auxílio na redução do contingente de desempregados do êxodo rural.

Apesar de ter um caráter assistencialista muito grande, o PRONAF enfrenta alguns problemas, sendo o principal deles o índice de inadimplência em algumas localidades do país. São 782 mil operações inadimplentes no Nordeste e 211 mil na região Norte, segundo dados do ministério da integração nacional, o que limita o acesso dos pequenos produtores ao crédito rural, e conseqüentemente reduz o desenvolvimento dessas áreas. O agricultor familiar tem poucos recursos e acaba estagnando a produção por tal motivo (FERREIRA, 2016).

No tocante as questões das políticas públicas para a agricultura familiar, Denardi (2001) comenta que nos últimos quarenta anos, aconteceram particularmente na política agrícola, movimentos unilaterais de favorecimento de uma elite, deixando em condição marginal os produtores da agricultura de

subsistência. Os pequenos agricultores não tiveram coordenação dentro das suas ações, dando espaço para que o poder público deixasse cada vez mais o segmento menos influente de lado.

Os bancos e filiais têm como finalidade básica a promoção e o custeio das atividades agrárias. No entanto, alguns elementos desequilibram negativamente a capacidade de pagamento do crédito fornecido, tais como: As alterações climáticas que afetam a produção, gestão fraudulenta, problemas pessoais envolvendo a família; tudo isso acaba impossibilitando o pagamento do empréstimo (AQUINO, 2011).

Sem levar em consideração as diversas bandeiras bancárias, é necessário que exista um alinhamento, entre o projeto proposto e as condições financeiras do tomador de recurso (agricultor familiar), apresentando-se assim para isso balanços e projeções de rentabilidade futura, condizentes com o montante de dinheiro requerido, com esses dados se cria uma flexibilidade maior nas avaliações, bem como uma garantia de ressarcimento caso ocorra algum tipo de sinistro, permitindo um equilíbrio nos prazos do acordo financeiro (AQUINO, 2011).

Os grupos econômicos voltados para a concessão de crédito a pequenos produtores, são um fenômeno que acontece em todo o mundo, em países da Ásia planos de financiamento, ofertados para agricultores familiares são um fato comum; os tomadores tem a possibilidade de escolher entre uma grande variedade de opções, que vão de cooperativas a conglomerados bancários privados, cada alternativa se adequa a um perfil de tomador (CARNEIRO, 2015).

Levando em consideração a visão dos bancos, o empréstimo da linha PRONAF tem características bem peculiares, se diferenciando de outras linhas disponíveis no mercado, que tem lastros maiores; como a disponibilidade do crédito é mais ampla, as barreiras restritivas ficam mais flexíveis. Segundo Gitman (1997) as possibilidades de calote devem ser levadas em consideração, para que se avalie de forma realista a maneira de se proceder, reduzindo os riscos.

O maior risco que um banco corre ao conceder um empréstimo é a inadimplência, “o risco de perda pela incapacidade de pagamento do tomador de um empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título” (FRANCISCO,

2007). Quanto maior o público atingido pelo crédito, maiores também são os perigos, uma relação proporcional que deve ser estudada para minimizar os atritos entre as partes.

A deficiência no processo de análise das condições financeiras, dos tomadores de crédito cria anomalias na concessão, as vezes o montante de recursos disponibilizados, são superiores ao que é verdadeiramente necessário para as atividades agrícolas, sendo essa diferença empregada em projetos que não tem impacto direto na produção, esse desvio de finalidade é um acontecimento gravíssimo e que ocorre com muita frequência (GAZOLLA, 2013).

Segundo Helfand e Rezende (2001), a maioria dos indicadores que norteiam qualquer sistema de crédito se guia pelos indexadores de inadimplência, dessa forma o crédito rural acaba sofrendo de um grave problema, pra perpetuação de sua filosofia ao longo do tempo, a forma como as dívidas são quitadas, acabam abrindo precedentes para a criação de barreiras de entrada cada vez maiores, deixando o crédito mais distante dos seus principais beneficiários.

Arraes e Teles (1999) afirmam que a apreciação da inadimplência, carece ser percebida como o rompimento contratual, entre os agentes envolvidos na negociação do crédito rural, isso acontece, quando o tomador não tem recursos para pagar ou quando, mesmo tendo esses valores, resolve não quitar a dívida a fim de se beneficiar de uma imaginável renegociação lucrativa.

No Brasil, averigua-se que o dinheiro do crédito rural, continua centralizado regionalmente e em meio aos grandes empresários do setor, apesar da coordenação do PRONAF ter colaborado para o crescimento da quantidade de convênios com os agricultores familiares, parte da origem do capital, principalmente para os financiamentos, vem sendo desvirtuada (GAZOLLA, 2013).

O Brasil é um dos países do mundo, com o sistema de tributação mais regressivo do planeta, acarretando na super taxação das classes mais pobres da sociedade, onerando pesadamente o consumo e isentando a renda e os lucros, tudo isso reflete na agricultura, que tem a maior parte de seus insumos advindos da importação, tendo seus valores indexados ao dólar, dificultando a quitação de dívidas oriundas de empréstimos, por parte dos produtores (CARNEIRO, 2015).

## **6. PERSPECTIVA DE CRÉDITO: Plano safra da agricultura familiar plurianual 2017/2020**

O Plano Safra da Agricultura Familiar Plurianual 2017/2020, prevê a disponibilização de 380 milhões de reais para o estado do Tocantins, objetivando sanar a necessidade de crédito dos produtores da região, que é hoje uma das fronteiras agrícolas com maior potencial de exploração comercial. O plano safra vem como uma estratégia de subsídio, para o custeio de despesas da produção agrícola, garantindo assim a segurança alimentar do país (GONÇALVES, 2018).

Os recursos foram dispostos de forma que o Banco do Brasil ficou com posse de 300 milhões, e o Banco da Amazônia com 80 milhões, essa movimentação foi importantíssima, tendo em vista que o agronegócio é o principal pilar da economia tocantinense (GONÇALVES, 2018).

Segundo comunicados do Governo do estado, as entidades públicas de prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural, estarão apostos para auxiliarem os produtores a manejarem de forma consciente, os recursos disponibilizados pelo governo federal, garantindo assim a efetivação do propósito das linhas de crédito oferecidas no PRONAF, sem que haja desvios ou problemas relacionados à inadimplência.

No que diz respeito aos tomadores de crédito (agricultores e pecuaristas) do estado, existe uma preocupação referente à transição do plano proposto no papel, com a realidade encontrada nas fazendas e distritos agrícolas, as entidades de classe que representam o segmento dos produtores tocantinenses, reclamam de descaso e falta de acompanhamento nas operações, que por vezes se mostram burocráticas para os menos instruídos (GONÇALVES, 2018).

O Tocantins é um estado que tem enorme potencial, para o desenvolvimento de quatro grandes cadeias produtivas, que são: produção leiteira, piscicultura, suinocultura e Fruticultura. Para que os resultados possam aparecer de forma mais expressiva se torna imprescindível, um estudo direcionado, com os diversos produtores do estado a fim de criar, mecanismo multi-institucionais para evitar o problema da inadimplência.

## **7. METODOLOGIA**

### **7.1 Classificação da pesquisa**

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas utilizando a metodologia survey, que tem como principais características as conversas, questionamentos e esclarecimentos em loco, com a população alvo, que nesse trabalho em específico são os tomadores de crédito do Banco da Amazônia de Araguatins.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. Este método é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Ele é um estudo que busca determinar ou testar uma teoria, e tem como uma das fontes de informações mais importantes, as entrevistas, através delas o entrevistado vai expressar sua opinião sobre determinado assunto, utilizando suas próprias interpretações (YIN, 2001).

Esse foi um estudo de caso quali-quantitativo, que descreveu o tema da inadimplência nos arredores do município de Araguatins; o principal objetivo dessa iniciativa, foi determinar os fenômenos que acarretaram a inadimplência no grupo formado por agricultores familiares da região, descrevendo minuciosamente as possíveis causas desse problema, e a influência desse acontecimento dentro da realidade da comunidade como um todo.

Pesquisa quali-quantitativa é uma classificação do método científico que utiliza diferentes técnicas estatísticas e de linguística-semiótica, para quantificar opiniões e informações dentro de um determinado estudo, muitas vezes empregando entrevistas abertas e a observação de participantes (LACATOS & MARCONI, 2003).

No tocante a pesquisa de campo, o levantamento se limitou as circunvizinhanças do município, buscando o máximo possível de representatividade do espaço de estudo, garantindo uma boa acurácia estatística.

### **7.2 Localização da pesquisa**

As entrevistas foram realizadas no período de primeiro de novembro a trinta de dezembro de 2017. Segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010, a população rural de Araguatins é estimada em 11.194 pessoas, desse total foram entrevistados 100 pessoas alto declaradas clientes do Banco da Amazônia.

A enquete foi feita no sindicato rural de Araguatins e nas proximidades do Banco da Amazônia, tendo como critério de pré-seleção, a auto declaração de

inadimplência. Os valores dos contratos celebrados entre a unidade financeira e os entrevistados variavam entre R\$ 5.000 e 30.000 reais, a soma dos valores totalizava uma quantia de 1000.000 R\$ (um milhão de reais), apresentando uma média de 10.000 (dez mil) reais por contrato.

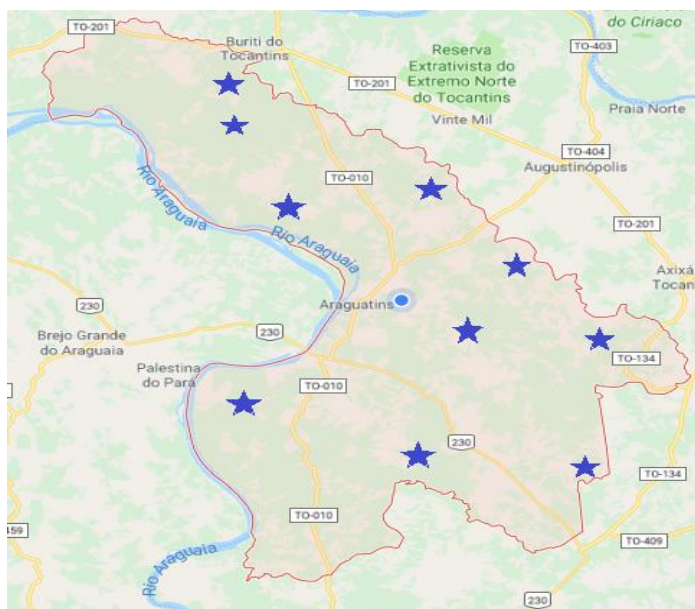


Figura 1: Mapa de Araguaína-Tocantins, 2018  
(Localização das propriedades dos entrevistados) Fonte: Google Maps.

<b>Local das propriedades dos entrevistados</b>	
★- Taquarizinho.	★- Natal.
★- Santa Mônica.	★- Falcão.
★- Vila Nova.	★- P.A Maju.
★- Nova Esperança.	★- Mata Velha.
★- Esperança Viva.	★- Araguaianópolis.

Quadro 1 : Local das propriedades objetos da pesquisa

### 7.3 Instrumentos de coletas de dados

As questões que envolviam a enquete eram abertas e fechadas, e buscavam saber a dependência econômica dos entrevistados em relação a sua propriedade, o nível de escolaridade dos mesmos, a idade média e a frequência com que a propriedade recebia assistência técnica, além de outros fatores; garantindo uma visão ampla de todos os elementos que pudessem afetar diretamente a inadimplência.



Os produtores que responderam aos questionamentos foram abordados no sindicato rural da cidade, e nos arredores do Banco da Amazônia, de forma aleatória, os mesmos se comprometeram a responder de maneira autêntica a enquête ministrada pelo grupo de examinadores.

#### **7.4 Tratamento da Análise**

Depois de coletar as informações, estas receberam um tratamento estatístico sendo compiladas, ordenadas e processadas dentro do universo dos dados de maior relevância. Cada informação foi interpretada por meio de uma avaliação univariada, onde a principal prerrogativa foi à descrição e sumarização dos dados, após essa etapa a análise multivariada foi feita verificando as diversas respostas e os elementos específicos da pesquisa, utilizando-se para isso o programa Excel 2013, que permitiu organizar as informações em gráficos.

### **8. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

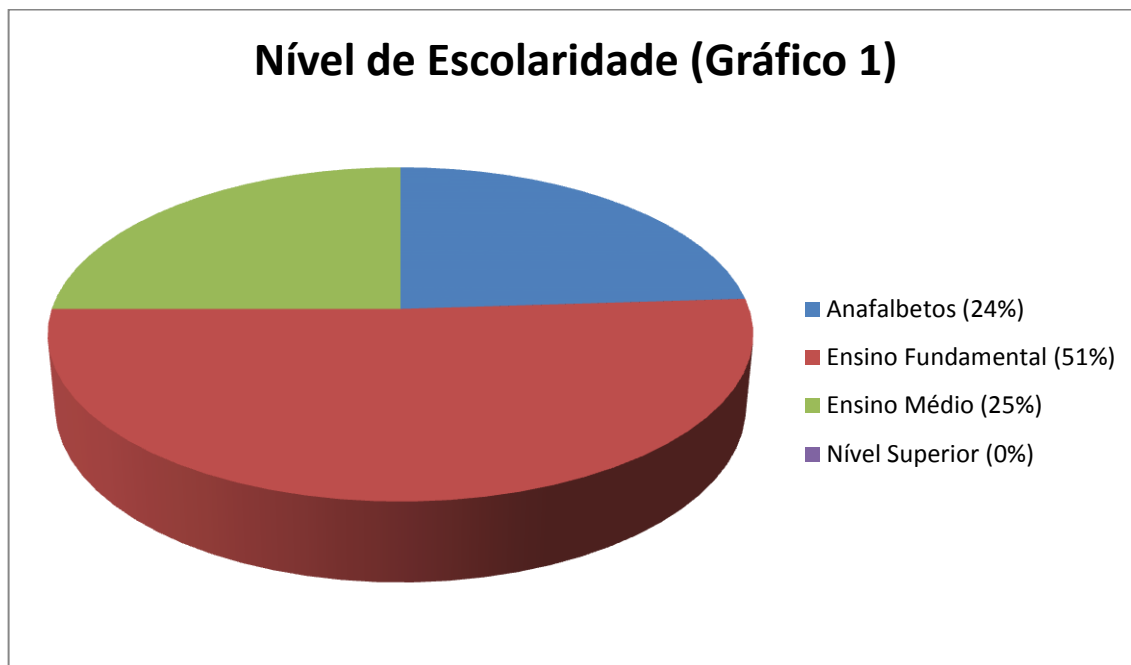
O agronegócio é uma atividade econômica altamente dependente de financiamento, tanto para o investimento em infraestrutura quanto para a produção. A agricultura moderna depende de máquinas, equipamentos e insumos cada vez mais caros, é por causa desse cenário tumultuado, que se faz necessário um aprofundamento dos estudos, das causas da inadimplência, criando-se assim um parâmetro base, para o município de Araguatins, que serve também para outras localidades.

#### **8.1 Idade, Nível de escolaridade**

No tocante a faixa etária dos produtores, o valor médio era 48 anos, tendo o mais jovem entrevistado 34 e o mais velho 69 anos. As perguntas relacionadas à escolaridade dos produtores apontaram que 24% eram analfabetos ou analfabetos funcionais, 51% tinham cursado o ensino fundamental e 25% teria concluído o ensino médio, nenhum dos entrevistados afirmou ter frequentado o nível superior.

Com base nas respostas dadas durante a entrevista, pode-se deduzir que está acontecendo no município de Araguatins, um envelhecimento progressivo da mão de obra no campo, em decorrência do êxodo rural; Augusto (2005) relatou em sua obra (O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque

bibliográfico) essa tendência que tem caráter nacional. O avanço da monocultura e a crescente migração dos jovens adultos para os centros urbanos, reduz significativamente o potencial produtivo da agricultura familiar.



Dois fatores que devem ser avaliados de forma conjunta, para que se tenha uma perspectiva holística sobre as causas da inadimplência, são a faixa etária dos entrevistados e o nível médio de escolaridade, o gráfico 1 (um) passa a ideia de que 75% dos entrevistado sequer fizeram o ensino médio; Chassot (2004) em seu livro (A ciência através dos tempos), especula que quanto maior a idade e menor a escolaridade, a disposição a se prender ao empirismo são maiores; Soto (2009) discorre na sua obra (Comportamento organizacional: o impacto das emoções) , os malefícios de se agir de forma empírica em qualquer que seja o empreendimento; essa conduta que se mostra recorrente pode ser um dos elos que provoca a inadimplência.

## 8.2 Composição das Famílias

Em relação a quantidades de pessoas por família, a média verificada foi de 4,33 pessoas por unidade familiar, sendo que na maioria dos casos os dependentes tinham uma idade inferior a 18 anos, os entrevistados chegaram a relatar uma tendência de migração dos filhos recém-chegados a idade adulta, para os centros urbanos.

### 8.3 Filiação em Cooperativas e Associações



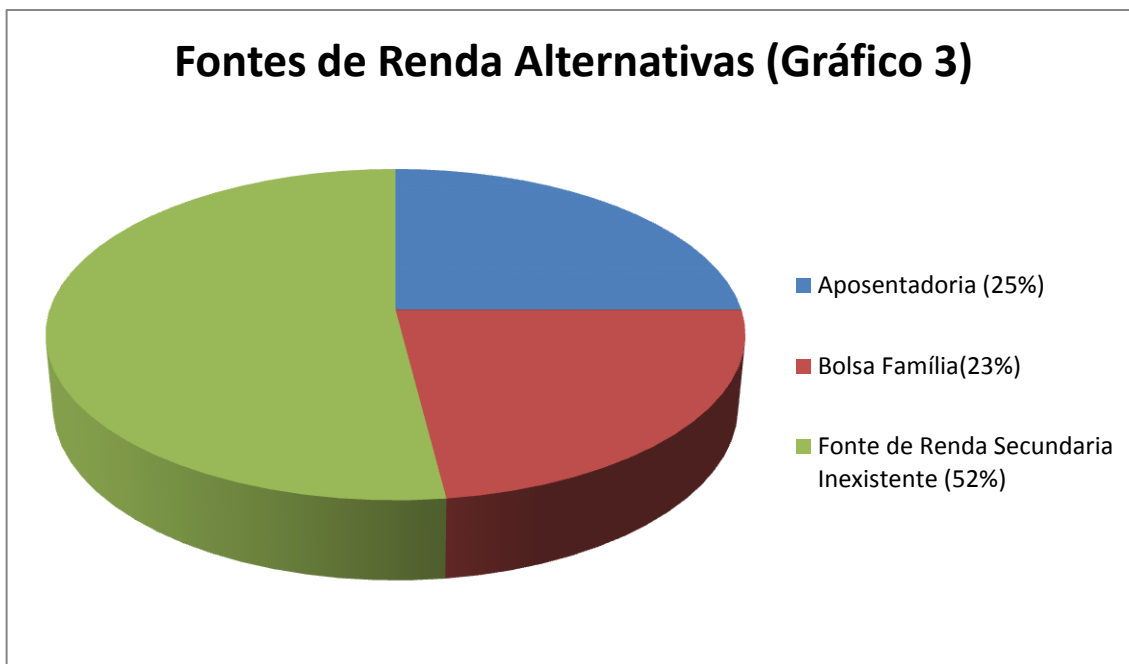
O gráfico 2 (dois) mostra de forma clara, a pouca participação dos entrevistados em associações e cooperativas de produtores, esse é um reflexo cultural do individualismo muitas vezes leviano que atrapalha o desenvolvimento de projetos mais difíceis, limitando até mesmo a expansão das atividades; Rezende (1999) em seus estudos sobre a complexidade do gerenciamento rural, mostrou com uma serie de argumentos a importância de cooperativas e associações, tanto para organizar ações, como para aumentar a representatividade dos associados frente ao mercado.

### 8.4 Fontes de Renda Alternativas

Uma das questões da enquete dizia respeito, a possíveis fontes de renda alternativas por parte dos produtores, 23% dos entrevistados afirmaram serem aposentados e 25% confirmaram o recebimento do Bolsa Família, um fato que merece menção, é que era visível pela forma como eram dadas as resposta, que existia um temor muito grande em relação à extinção desse programa social, o que revela uma situação de vulnerabilidade econômica, na agricultura familiar araguatinense.

Um acontecimento digno de atenção específica, é o que se observa no gráfico 3 (três), a informação remonta que 48% dos entrevistados, não dependem

exclusivamente da sua propriedade para compor sua renda; no livro “Características comportamentais dos empreendedores no modelo de ciclo de vida das organizações de Greiner”, Pedro (2003) cita o impacto da perda do foco nos empreendimentos devido a multiplicidade de atividades; o que constitui um fator que se acrescenta aos demais na causa da inadimplência.



#### 8.5 Periodicidade do recebimento de Assistência

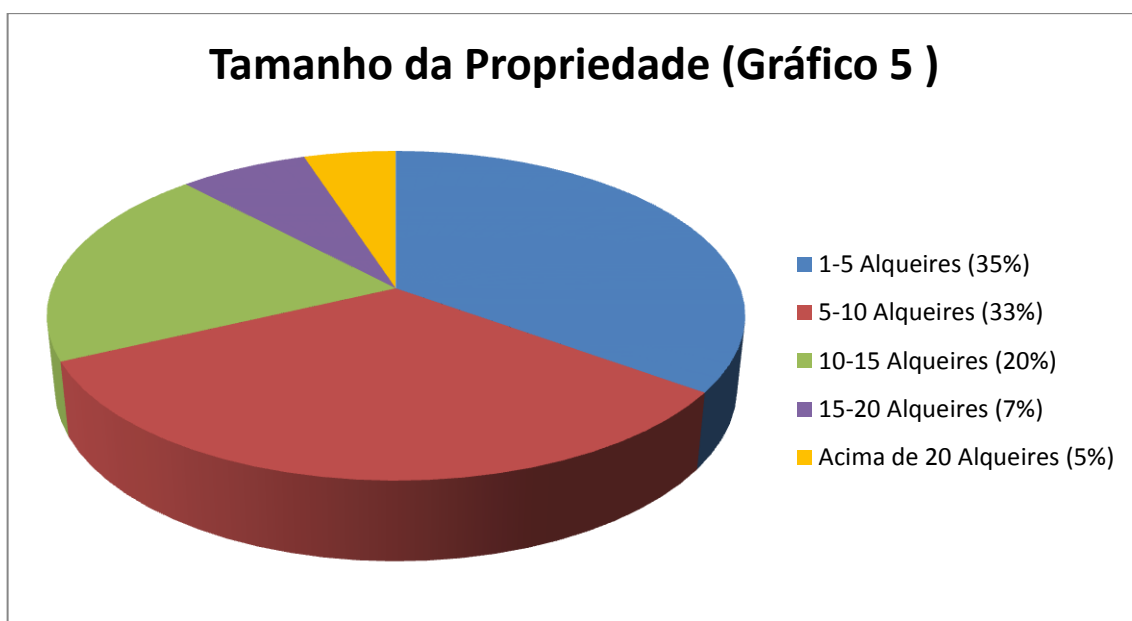


No quarto questionamento feito aos produtores, a intenção do examinador era averiguar a frequência com que os mesmos recebiam assistência técnica, essa informação foi demonstrada no gráfico 4 (quatro), que enfatiza que 29% recebiam

assistência mensalmente, 38% trimestralmente, 30% semestralmente e apenas 3% anualmente. Foi explicitado pelos agricultores, que a assistência em sua maior parte vinha de representantes comerciais de produtos agropecuários e secundariamente de técnicos do SENAR, não sendo costume na região a contratação de serviços diretos de assistência técnica, para o desenvolvimento de projetos.

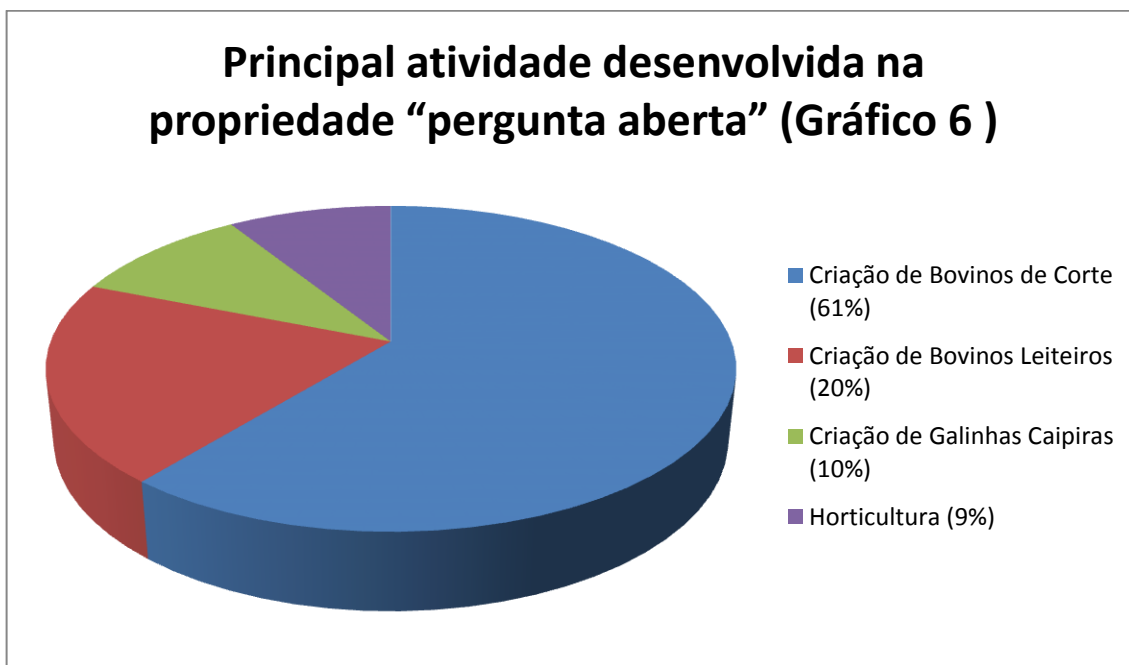
Pelinson (2000) em seu trabalho sobre a viticultura (produção de uvas), no estado de São Paulo, relatou a importância do acompanhamento técnico especializado, no desenvolvimento de projetos no agronegócio, no que diz respeito à alocação dos recursos e a avaliação financeira do empreendimento; Mello (2002) chegou às mesmas conclusões, durante seus estudos sobre o levantamento da viabilidade técnica e econômica da atividade leiteira catarinense; o que leva a crer que uma das causas dos elevados índices de inadimplência encontrados em Araguatins, seja uma soma da falta de perícia dos produtores, com a ausência sistemática de acompanhamento técnico dos projetos.

#### 8.6 Tamanho da Propriedade, atividade desenvolvidas

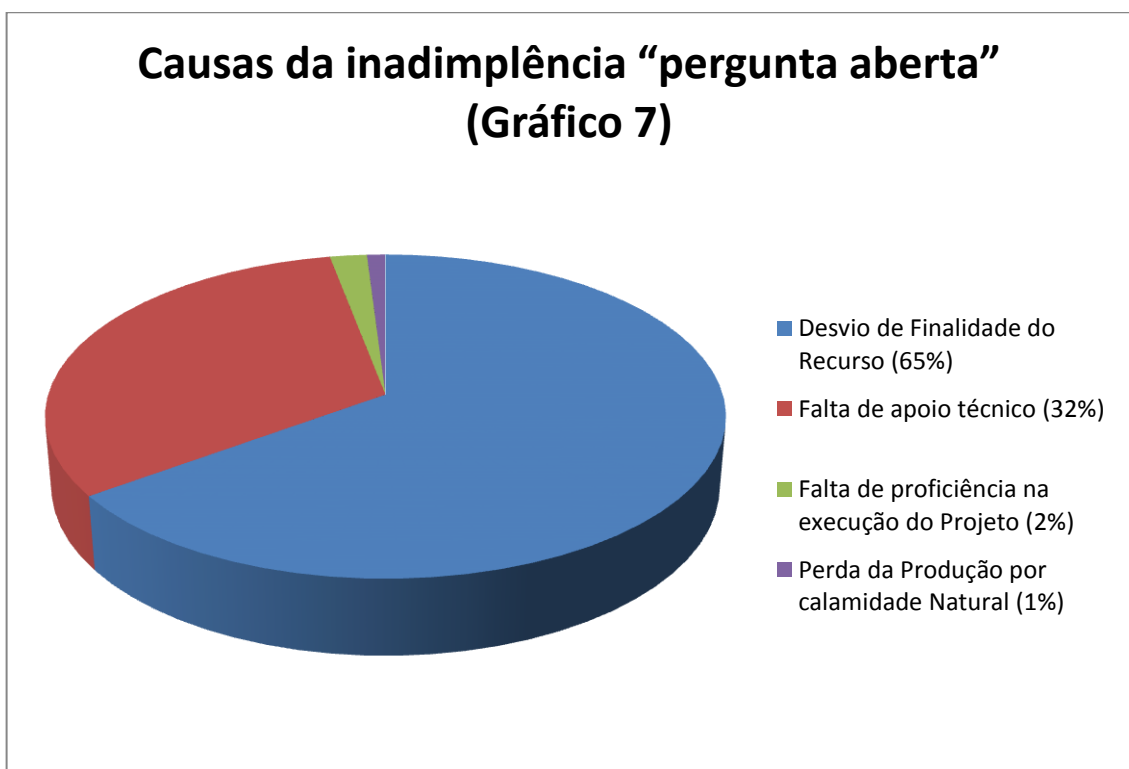


O cruzamento das informações do gráfico 5 (cinco) com as do gráfico 6 (seis), traz a tona evidências de um fato, de grande relevância para o estudo da inadimplência, 68% dos entrevistados tem sobre sua posse propriedades com extensão de 1 (um) a 10 (dez) alqueires, quando se leva em consideração esse espaço amostral (público com até 10 alqueires), 63% responderam que tem como principal atividade a pecuária bovina extensiva, o que é um fato alarmante, tendo em

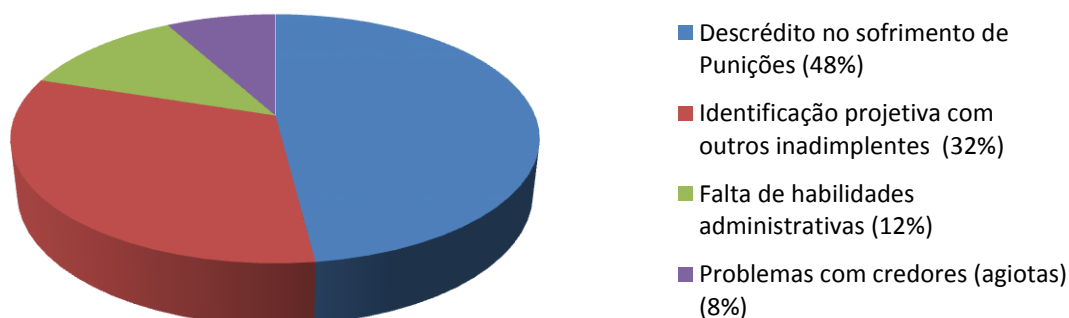
vista que Euclides (2009) em seu periódico sobre gado de corte, aponta que a media brasileira de lotação de pastagem é de 1,5 UA/ha, o que representa para agricultura familiar pouco retorno financeiro, devido a subutilização do potencial produtivo por m<sup>2</sup>.



### 8.7 Causas da Inadimplência e do Desvio de Finalidade



### Causas para o desvio de finalidade “pergunta aberta” (Gráfico 8 )



Lançando mão de um olhar antropológico sobre o problema da inadimplência, e cruzando-se os dados do gráfico 7 (sete) e 8 (oito), é possível perceber um índice altíssimo de desvio de finalidade dos recursos, fato que se torna mais grave quando se avalia as respostas desses entrevistados em relação as causa dos desvios, 80% responderam de forma indireta que não acreditavam na penalização desse ato, ou se identificam com outras pessoas que cometem esse tipo de infração; com base nessas informações é plausível a recomendação de um sistema mais rigoroso de controle do dinheiro.

Para corroborar essa teoria é interessante fazer uma analogia com o experimento do aprisionamento de Stanford, realizado em 1971 pelo professor Zimbardo, nesse trabalho muito famoso mundialmente, Zimbardo tentou demonstrar a subversão do caráter, em ambientes onde a fiscalização é ineficiente (ARAUJO, 2015).

O Experimento da Prisão de Stanford foi uma pesquisa psicológica, proposta para averiguar o comportamento humano, em um ambiente no qual as pessoas são representadas apenas pelo coletivo. O trabalho envolveu a distribuição entre os voluntários que concordaram em participar, os papéis de policiais e prisioneiros em um presídio simulado. Os efeitos da pesquisa foram tão catastróficos, que o estudo teve que ser interrompido antes de seu termino (ARAUJO, 2015).

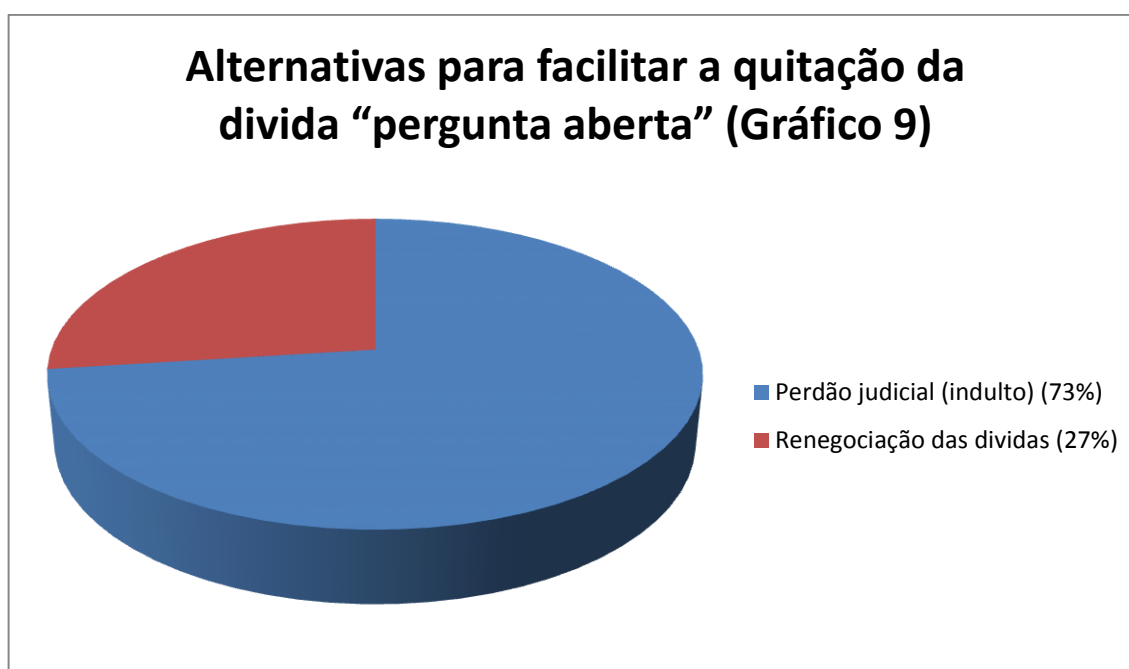
O ensaio ficou rapidamente fora de controle, os presidiários sofriam, e concordavam, com tratamentos degradantes, de guardas que sem fiscalização

ficavam cada vez mais sádicos; o que resultou em severos distúrbios emocionais nos prisioneiros (ARAUJO, 2015).

Trabalhos como o desenvolvido pelo professor Zimbardo, na universidade norte americana de Stanford, comprovam que quando o modelo de fiscalização é ineficiente, as pessoas tendem a assumir uma postura dolosa, como a vista nos guardas, que durante o turno noturno, por acreditar que não estavam sendo vigiados, aumentavam o grau de sadismo de suas ações.

Trazendo esses dados para o universo do agronegócio araguaninense, pode-se afirmar que um sistema de controle de liberação dos recursos do PRONAF, mais atuante e dinâmico tende a coibir o comportamento, apresentado por muitos produtores de utilizar o dinheiro do programa, para fins espúrios.

### 8.8 Alternativas para facilitar a quitação do debito



Quando questionados sobre alternativas para facilitar a quitação da dívida contraída no programa PRONAF, as respostas seguiram um padrão bem definido, 73% dos entrevistados afirmaram que a melhor alternativa para saldar esse débito, seria o perdão judicial, concedido na forma de um indulto do governo federal, muitos deles alegaram a crise econômica como um dificultador, para outras formas de quitação; os outros participantes da entrevista foram categóricos em suas respostas, os 27% restantes, responderam que só poderiam pagar a dívida, se a mesma fosse

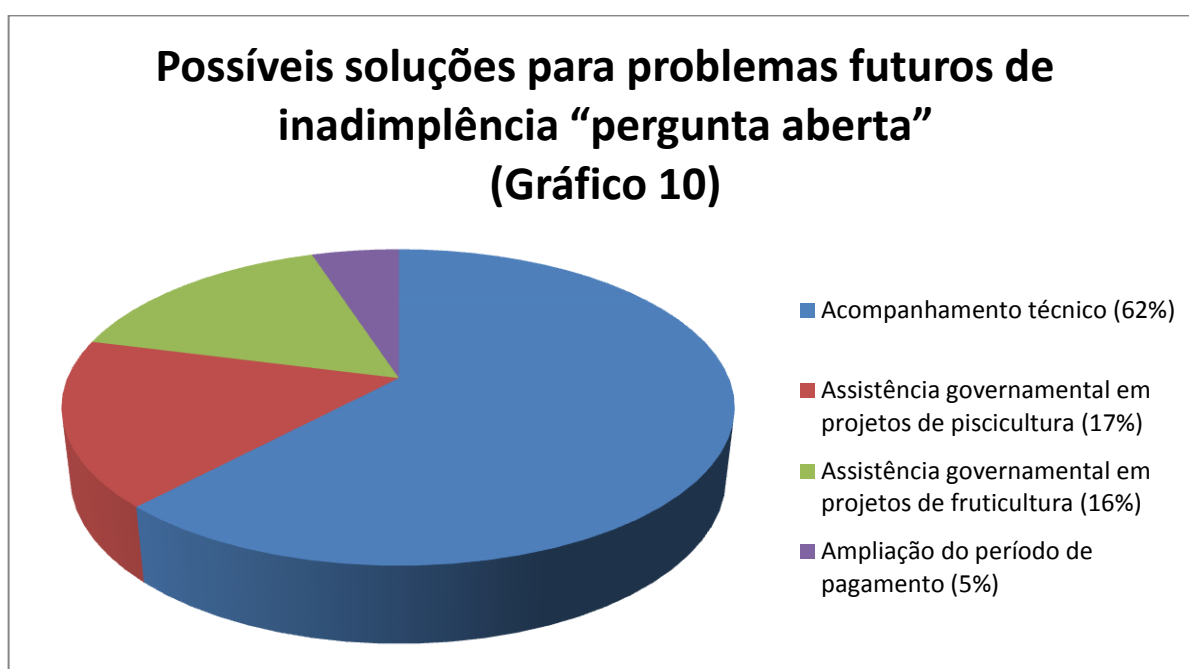


renegociada e amortizada, de forma que se pudesse dividir o debito em suaves e longas prestações.

A resposta dada pelo primeiro grupo de entrevistados revela um fato, levando em consideração os estudos feitos por Pochmann (2017) em seu trabalho sobre a crise econômica brasileira, onde ele aponta uma descida exponencial do poder de compras das famílias; por mais absurdo que possa soar, um induto poderia sim, celebra um novo recomeço para os agricultores familiares inadimplentes, que contão com um orçamento familiar limitadíssimo.

Em relação ao segundo grupo que citou a renegociação da dívida como alternativa, Blatt (1999) avaliou de forma positiva, esse processo direto entre credor e devedor, sendo essa uma ótima alternativa para os inadimplentes do PRONAF, que por vezes carregam uma vontade grande de renegociar e quitar suas dívidas.

### 8.9 Soluções para o futuro



Levando em consideração única e exclusivamente à opinião dos entrevistados, o examinador questionou os produtores sobre qual seria no ponto de vista deles, a solução para impedir problemas futuros com a inadimplência, a surpresa veio quando um número representativo dos participantes, mostrou conhecer as tendências do agronegócio, querendo aderir às mesmas, da forma mais

eficiente possível. Quando se soma o percentual de produtores que buscam uma nova roupagem para o seu investimento, os números chegam a 33%.

Como visto no gráfico 10 (dez), 16% dos entrevistados mostrou forte interesse em trabalhar com fruticultura e 17% com piscicultura, ao serem indagados pelo motivo dessa escolha, os mesmos responderam que vislumbravam nesses investimentos uma alternativa para melhorar a renda da propriedade, levando em consideração para essas escolhas, o exemplo de outros produtores em diversas regiões.

É importante ressaltar uma mudança tênue na mentalidade dos entrevistados, 67% dos que responderam ao questionamento acima citado, acreditam que o acompanhamento técnico seja fundamental, para o desenvolvimento de um projeto bem sucedido, principalmente quando o mesmo apresenta um grau mais elevado de complexidade, o que é um passo importante para a melhoria dos arranjos produtivos locais, como um todo.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma linha de crédito, que tem como principais características, as baixas taxas de juros e um sistema flexível de pagamento; atualmente se constitui no principal subsídio para os pequenos agricultores, mas apesar de todas essas qualidades, um fenômeno se mostra recorrente, a inadimplência, sendo esse elemento a centelha que fomentou o desenvolvimento desse trabalho, que objetivou avaliar o perfil dos produtores inadimplentes do município de Araguatins, levando em consideração os contratos celebrados no Banco da Amazônia (principal executor de concessões na cidade).

Após a realização de um minucioso estudo, feito com base em entrevistas diretas, chegou-se a conclusão que o problema da inadimplência, verificado na região, é uma soma de várias circunstâncias desfavoráveis, e quando se faz o paralelo com outros trabalhos de mesmo cunho, percebe-se que os resultados são particulares e singulares; um bom exemplo é o encontrado em trabalhos feitos no sul do Brasil que apontam que o principal problema, que acarreta a inadimplência é a

ocorrência de desastres naturais, fato esse que não mostra relevância alguma na entrevista conduzida em Araguatins.

Enumerando elemento por elemento, pode-se afirmar com base nas respostas dos entrevistados, que as principais causas de inadimplência no município de Araguatins são: O envelhecimento da mão de obra do campo, o apego ao empirismo, falta de assistência técnica direcionada, perda de foco na propriedade como principal fonte de renda, ausência de participação em cooperativas e associações, inconformidade entre o tamanho da propriedade e a atividade exercida, e um sistema de fiscalização do emprego dos recursos falho.

A maior parte das causas acima elencadas, podem ser resolvidas com o aprimoramento do modelo de concessão de crédito, que deveria ser atrelado a um sistema de assistência técnica, voltado exclusivamente para o desenvolvimento dos projetos do PRONAF. A realização de um zoneamento regional para identificar a aptidão produtiva das áreas, e a demanda por determinados produtos agrícolas, de acordo com as tendências do agronegócio. Um sistema de associação por macrorregiões, robusto, mantido pela união que tivesse como fim, realizar ações em favor dos produtores. Além é claro da criação de um modelo de fiscalização, baseado em medições.

Araguatins é um município com grande potencial para o desenvolvimento da agricultura familiar, devido às condições de clima, solo e pelo amplo número de assentados da reforma agrária, que residem nos arredores do município, mas é necessário que se tenha um olhar diligente, sobre o problema da inadimplência.

Somente um acompanhamento multi-institucional, atrelado a uma gestão participativa, podem mudar os rumos da agricultura familiar nessa região, trazendo novas perspectivas mais ecológicas, sustentáveis e rentáveis para os produtores, que tem a propriedade com principal bem, e dela extraem seu sustento.

## REFERÊNCIAS

---

1. AQUINO, J. R. ; SCHNEIDER, S. **12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil: uma reflexão crítica.** *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, p. 309-347, 2011.
2. ARAÚJO, Rodolfo. **Phil Zimbardo E O Efeito Lúcifer.** 2009. Disponível em: <[http://rodolfo.typepad.com/no\\_posso\\_evitar/2009/07/experimentos-em-psicologia-phil-zimbardo-eo-efeito-lucifer.html](http://rodolfo.typepad.com/no_posso_evitar/2009/07/experimentos-em-psicologia-phil-zimbardo-eo-efeito-lucifer.html)>. Acesso em: 07 nov. 2017.
3. AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. **O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico.** *Organ. rurais agroind.*, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005.
4. ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G.. Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e Limites da Experiência Brasileira nos Anos 90. **Caderno de Ciência & Tecnologia.** v. 22, p. 53-66, Brasília. 2005.
5. ARRAES, Ronaldo A.; TELES, Vladimir Kühl. **Fatores Causadores e Mantenedores da Inadimplência Agrícola no Brasil.** Fortaleza: UFC/CAEN, 1999.
6. BANCO DA AMAZÔNIA, Portal online. **História.** Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
7. BLATT, A. **Avaliação de risco e decisões de crédito: um enfoque prático.** São Paulo: Nobel, 1999.
8. BLATT, Adriano. **Cobrança por telefone e negociação com inadimplentes.** 1º ed. São Paulo: Nobel, 1999.

9. BUAINAIN, Antônio M. & SOUZA FILHO, Hildo M (1998). **PROCERA: Impactos Produtivos e Capacidade de Pagamento**. Projeto FAO/INCRA - Relatório Final. Campinas, novembro/1998.
10. CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, Revista Semestral, 2015.
11. CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
12. DELGADO, Guilherme. **A questão Agrária hoje**. Revista da ABRA, Local da editora, 2014.
13. EUCLIDES, V.P.B. **Planejamento do uso de áreas de pastagens em sistema de produção animal em pasto**. Piracicaba: FEALQ, 2009.
14. FRANCISCO, H. P. **Gestão de Risco na Concessão do Crédito Rural: Uma Proposta de Controle nas Operações de Crédito Rural da Agência 1493-1 – Barbosa Ferraz**. Monografia (Pós-Graduação Latu Sensu em Negócios Financeiros). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.
15. FERREIRA, Portal online. **História**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
16. FERREIRA, B.; SILVEIRA, F.G.; GARCIA, R.C. **A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas**. In: GASQUES, J.G. e CONCEIÇÃO, J.C.P.R Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, 2016.

17. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 2013.
18. GITMAN, L. J. **Princípios da Administração Financeira.** São Paulo: Harbra. 1997.
19. GONÇALVES, Thuany. **PRONAF Programa disponibiliza R\$ 380 milhões para o Tocantins.** Disponível em: < <http://cerradoeditora.com.br/cerrado/pronaf-programa-disponibiliza-r-380-milhoes-para-o-tocantins/>> Acesso em: 3 jan. 2018.
20. GUANZIROLI, C.H. e CARDIM, S. E. **(Coordenadores) Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2015.
21. HELFAND, Steven; REZENDE, Gervásio C. A Agricultura Brasileira nos anos 90: O impacto das reformas de Políticas Públicas. In GASQUES, José e CONCEIÇÃO, Júnia C. (org.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas.** Brasília: IPEA, 2001.
22. IBGE. **Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02).** Consultado em 5 de julho de 2016.
23. IBGE. **Censo demográfico do IBGE de 2010.** Disponível em:< [https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_pr\\_hom\\_mul.php?codigo=170220](https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_pr_hom_mul.php?codigo=170220)> Acesso em: 3 jan. 2018.
24. JOÃO, Sayade. **Efeitos dos gastos com a equalização das taxas de juros do crédito rural na economia brasileira.** Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1984.

25. LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2015.
26. LIMA NETO, P.C. **PRONAF – Infra-Estrutura e Serviços Públicos Municipais: Histórico e Perspectivas para o ano 2016**. Brasília, MDA/SAF, 2016.
27. MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: balanço e perspectivas**. UFSC/Economia: Texto para Discussão nº 05, 20015.
28. MELLO, M. A. et al. **Estudo da viabilidade técnico e econômico da atividade leiteira no oeste catarinense**. 2002.
29. PEDRO, A. M. **Características comportamentais dos empreendedores no modelo de ciclo de vida das organizações de Greiner**. Dissertação (Mestrado). 122 f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
30. PELINSON, G. J. B. **Importância da viticultura na região noroeste do estado de São Paulo**. Piracicaba: ALGRAF, 2000.
31. POCHMANN, Marcio. **O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a04v2366>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
32. REZENDE, C. & ZYLBERSZTAJN, D. **Uma análise da complexidade do gerenciamento rural**. IV Seminários em Administração da FEA-USP, out. 1999.
33. RODRIGUES, Portal online. **História**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
34. SILVA, J.P. **Gestão e análise de risco de crédito**. Atlas: São Paulo, 2008.

35. SOTO, Eduardo. **Comportamento organizacional: o impacto das emoções**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
36. YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam, 2001.



## APÊNDICE

---

### QUESTIONÁRIO FEITO JUNTO AOS PRODUTORES:

1-Você apresenta pendência financeira em alguma das linhas do PRONAF ?

( ) Sim.

( ) Não.

2-Qual o valor do contrato celebrado entre você e a unidade financeira Banco da Amazônia?

---

3-Qual sua idade?

---

4-Qual seu nível de escolaridade?

---

5-Qual a quantidade de pessoas dentro da sua unidade familiar?

---

6-Qual a idade dos dependentes, que residem na sua propriedade?

---

7-Você possui alguma fonte de renda alternativa a sua propriedade rural? Se sim, qual seria ela?

---

8-Você tem algum tipo de filiação a cooperativas ou associações? Se sim, qual seria a atividade principal dela?

---

---

9-Com que periodicidade você recebe assistência técnica? Qual a natureza dessa assistência (qual são os órgãos prestadores)?

---

---

10- Qual o tamanho da sua propriedade?

---

11- Qual a principal atividade desenvolvida na sua propriedade?

---

---

12- Na sua concepção qual seria o principal motivo para sua inadimplência?

---

---

13- No caso de desvio de finalidade, o que ocasionou esse descaminho?

---

---

14- Na sua concepção qual seria a principal alternativa para que se possa abrir conversa, para uma possível quitação do débito?

---

---

15- Na sua concepção qual seriam as alternativas, para evitar casos futuros de inadimplência?

---

---